



## LEALDADE VISCERAL: AS ORIGENS DO HARAQUIRI NO JAPÃO MEDIEVAL

Marcos Paulo dos Reis Quadros<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo analisa as sucessivas etapas da formação sócio-cultural e política do Japão, dirigindo sua ênfase ao desenvolvimento do shogunato naquele país. Através do mapeamento dos caracteres fundamentais da psicologia japonesa assentada no período medieval, bem como da estruturação estatal baseada na sacralização do Imperador e no prestígio do estamento samurai, pretendeu-se conjecturar acerca dos fatores que permitiram o advento da prática do *seppuku* como ritual suicida amplamente difundido e acatado pela mentalidade japonesa, considerando-se que seus reflexos persistiram pelo menos até a segunda metade do século XX.

**Palavras-chave:** Haraquiri/*Seppuku*. Samurais. Japão.

### 1. Introdução

No dia 25 de novembro de 1970, o célebre romancista japonês Yukio Mishima, acompanhado de um grupo de jovens seguidores, insere na frente o *hachimaki*<sup>2</sup> e invade as dependências do Estado Maior do Exército no centro de Tóquio. Sua reivindicação? A restauração do Império nipônico de acordo com os moldes medievais e a imediata proclamação oficial por parte do Estado de que o Imperador (*Tenno*) é o próprio deus solar encarnado.

Visto que sua insólita demanda foi peremptoriamente rechaçada pelo governo japonês - fato que, aliás, foi inteiramente previsto pelo próprio reclamante - Mishima saúda o Imperador a plenos pulmões pela última vez (*Tenno Hieka Banza!*) e finca o punhal especialmente preparado no próprio ventre, executando primeiramente um profundo corte horizontal, secundado pelo movimento transversal, que abrindo o abdômen de uma extremidade à outra, expôs integralmente as vísceras para a recepção da morte certa e desejada. Este protesto extremo "foi, sem dúvida, um acontecimento que emocionou muita gente. Marcou profundamente os homens da mesma geração de Mishima no Japão (...) por

<sup>1</sup> Graduado em Ciência Política, atualmente cursa pós-graduação em História do Brasil Contemporâneo (FAPA) e mestrado em Ciências Sociais (PUCRS). Email do autor: marcosrq@hotmail.com

<sup>2</sup> Faixa ou bandana tradicional ornamentada com o círculo vermelho em evocação ao sol nascente. Utilizado inicialmente pelos samurais, o *hachimaki* serviu de adereço essencial aos pilotos kamikaze durante a II Guerra Mundial, normalmente exibindo o lema dos patriotas japoneses *Shishisho Hokoku* (*Servir à Pátria por Sete Vidas*).

lembrar-lhes a idolatria pelo Imperador, apoiada por eles durante a guerra, quando todos sonhavam morrer pelo soberano (...) Daí o prestígio dos pilotos Kamikazes" (STOKES, 1974, p. 285). De fato, o suicídio do escritor fora o último haraquiri<sup>3</sup> documentado desde o término na II Guerra Mundial.

O ato de Mishima nos remete ao questionamento acerca das origens da morte voluntária ritual no Japão, uma prática tão chocante quanto corriqueira ao menos desde o advento do regime dos *shoguns* naquele país. De fato, é sintomático observar que o haraquiri encontrou seu ostracismo apenas após a capitulação japonesa aos estadunidenses em 1945, momento paradigmático da ocidentalização da sociedade nipônica e, portanto, da amortização de seus valores tradicionais. A reincidência do suicídio ritual ao longo da história na terra do sol nascente e as formas através das quais ele se processou nos levam a crer que a fundamentação de tal prática encontra-se em um conjunto singular de valores que merece ser analisado pela Ciência Histórica. A assimilação da lógica que não apenas tolera, mas incentiva e sacraliza o *seppuku* requer, por conseguinte, uma investigação em torno da estruturação social e axiológica da sociedade nipônica desde a sua gênese, a fim de que nos seja facultado decifrar o ambiente que permitiu sua emergência como forma de demonstração de lealdade e salvaguarda da honra.

É precisamente essa perspectiva que impulsiona as reflexões do presente artigo.

## 2. Os Tempos Primitivos

Reza o mito fundacional do Japão que os deuses Izanagi e Izanami, do alto da esfera celeste, lançaram suas espadas em direção ao oceano terrestre. Quando tocaram a superfície da água, aqueles objetos fizeram espirrar gotas, que por sua vez, formaram cada uma das ilhas que compõem o arquipélago japonês. A filha primogênita do casal divino chamou-se Amaterasu Omikami (deusa do Sol), que uma vez encarnada, abandonou os céus para habitar as ilhas recém formadas. Amaterasu então gerou seu único filho, Jimmu Tenno, de quem descenderiam todos os Imperadores nipônicos subsequentes.

Em que pesem as sugestivas indicações da citada lenda, cumpre assinalar que "estudos geológicos fazem supor que até cerca de 10 mil anos (que corresponde à fase final da época diluviana) o Japão esteve ligado ao continente asiático, tendo o atual mar do Japão como uma espécie de mar interior". (YAMASHIRO, 1978, p. 03), datando também deste período os mais antigos objetos de pedra lascada já encontrados nas ilhas japonesas. Entretanto, a identidade

---

<sup>3</sup> O vocábulo "haraquiri" equivale a seppuku e designa o mesmo ato de suicídio pelo corte do ventre. O primeiro termo, no entanto, popularizou-se no ocidente, sendo que o segundo é empregado ordinariamente no Japão.

do povo que os confeccionou é apenas especulada pela arqueologia, consentindo-se, porém, que no século II AC um grupamento de homens primitivos oriundos da Sibéria, denominados Ainos, assentaram-se no extremo norte do arquipélago que atualmente conhecemos como Japão. Após estes prováveis autóctones, foi apenas em 700 AC que uma tribo de tungueses navega até as ilhas a fim de esquivar-se das perseguições empreendidas pela dinastia *Chou* na China. Sucederam-lhes pequenas e atrasadas populações originadas do Laos, Camboja e Indonésia, sendo que

em 600 AC um último grupo entrou no Japão: os hans, povo chinês de alta civilização. Estes, se misturando com os tungueses, esboçaram o primeiro tipo étnico japonês, que se fixou na parte sul da ilha de Honshu. Enquanto em Honshu se desenvolvia uma civilização própria, nas restantes ilhas japonesas os povos de outras origens permaneciam na Idade da Pedra (...). (PALMARY, 1959, p. 12).

Realmente, desse caldeamento pioneiro emergem pouco a pouco os caracteres econômicos, políticos, sociais e religiosos que lapidariam o *ethos* japonês. Além disso, a influência cultural chinesa - que já se fazia notar em alguma medida através da contribuição dos tungueses - intensifica-se no século I AC, momento em que representantes da dinastia *Han* aportam no Japão, trazendo consigo a técnica de cultivo do arroz e da utilização de instrumentos de ferro e bronze. Tendo alicerçado no arroz sua estrutura alimentar e econômica (base que se manteria inalterada até a segunda metade do século XX), os japoneses subdividem-se em clãs mais ou menos dispersos e lenatamente elaboram, subsidiados por elementos animistas pertencentes aos colonizadores iniciais, sua religião própria, o *Shinto* (Caminho dos Deuses), cujo cerne teológico consiste na veneração dos antepassados e na divinização dos elementos naturais, tendo o sol precedência sobre todos os outros.

Politicamente, porém, a sociedade nascente encontrava-se fragmentada e desprovida de caráter nacional. Com o passar dos séculos, um clã denominado Yamato surgiria para alterar este quadro.

### **3. De Yamato à Idade de Ouro**

Conforme YAMASHIRO (1978, p. 11), alguns relatos de época sobre o país recém unificado pelo prestígio político de Yamato, surgem, ainda que deficientes, em escritos chineses do século III:

Segundo a narrativa, todos os homens de Yamato usam tatuagens no rosto e no corpo a fim de amedrontar os peixes grandes e aves de rapina quando mergulham na água para pegar peixe ou mariscos. (...) Os homens usam cabelos longos, amarrados junto às orelhas e cobrem a cabeça com lenços de Kozo. A vestimenta não passa de um largo pano aberto ao meio e enfiado pela cabeça. Cultivam o arroz e uma variedade de linho, criam bicho de seda, tecem

tecidos de seda e de kozo. Mas não conhecem o cavalo nem o boi. (...) Quando morre alguém, guardam luto por mais de dez dias. (...) Em casa, pais e filhos dormem em compartimentos separados. (...) Para se tomar uma decisão recorre-se à adivinhação, queimando ossos de animais. Os elementos mais categorizados possuem quatro ou cinco esposas, e mesmo os de classe inferior, duas ou três. Em caso de crime leve, castigam-se mulheres e filhos do delinquente, mas quando o delito é grave, todo o clã sofre punição. Pagam-se tributos em produtos que são guardados em depósitos. (...) e realizam-se trocas de produtos, sob fiscalização dos funcionários do governo.

Percebe-se, através deste fragmento, que além da consolidação do sistema de arrizicultura e do culto aos ancestrais, a sociedade japonesa começava a conformar-se hierarquicamente na vida íntima e comunitária, sob a chancela de um governo centralizado. A responsabilidade deste regramento recai sobre os membros de Yamato, que se torna o mais poderoso dentre os vinte e oito clãs constituídos. Dele irradiam as outorgas, concedidas exclusivamente aos membros mais eminentes de cada clã, de títulos nobiliárquicos (*kabane*), sem os quais não se pode integrar o governo. Dono de considerável burocracia, o governo de Yamato nomeia interventores nas províncias mais afastadas e dispõe de ministros (*Oomuraji*) e subalternos (*Tomayakko*) para a administração pública e a tributação regular. A arbitragem das tensões porventura existentes no seio dos diferentes clãs, portanto, centralizou-se sob um sistema profundamente hierárquico que subsistiu até o século VII.

Torna-se interessante relatar que a chefia do governo central personificava-se, à época inicial de Yamato, em uma mulher, a rainha Himiko (que, acatando a tradição, supostamente descenderia da deusa Amaterasu), para quem a veneração dos súditos é dirigida com fervor. Ainda que a prática do haraquiri enquanto ritual dirigido e normatizado seja então desconhecida, processam-se neste período as primeiras ocorrências de suicídios em nome da lealdade a um senhor, visto que o falecimento da rainha demanda a construção de uma "grande tumba e mais de cem servidores se imolam para acompanhá-la além túmulo" (idem, p. 12), um costume auto-gestionário cujos precedentes no antigo Egito eram sem dúvida inteiramente desconhecido pelo praticamente isolado Japão do século III.

A alta complexidade do Estado de Yamato chegou mesmo a permitir o empreendimento exitoso de expedições militares à Coreia meridional no ano de 321. Vitoriosa a campanha, aos despojos da conquista soma-se um importante ingrediente que operaria intensa modificação cultural na sociedade japonesa: a introdução do budismo. Trazidos por imigrantes coreanos, os ensinamentos de Buda chegam no ano de 538 e rapidamente permeiam o Japão, alterando, além da visão religiosa de grande parte da população, as relações de poder, visto que a influência dos *bonzos* (sacerdotes budistas) expande seus tentáculos ao Palácio Imperial.

De fato, o príncipe Shotoku (592-621), sobrinho da Imperatriz Suiko, então reinante, abraça a nova religião e trata de difundir-la: "Sendo uma fé colorida e dramática, foi aceita pelo povo, principalmente porque dava aos homens esperança de vida eterna, lacuna imperdoável nas promessas do Xintoísmo. (...) O Imperador permitiu de bom grado a entrada da nova religião, que ensinava ao povo a piedade e a obediência" (PALMARY, 1959, p. 14). A popularidade obtida por Shotoku devido ao Budismo lhe permite ascender à regência do trono, de onde outorga a primeira constituição do Japão, em 604, documento no qual já se oficializa a sacralidade e os amplos poderes conferidos ao Imperador, além de uma divisão social rigorosa e praticamente imutável, análoga ao sistema de castas hindu. Sobre este último pormenor, merece destaque o fato de que os comerciantes são enquadrados como o extrato mais baixo da estrutura social (à exceção dos escravos estrangeiros), sendo-lhes superiores, progressivamente, os camponeses, os guerreiros, os nobres, os sacerdotes e a linhagem real.

Sob tal conformação floresce o Império nipônico. Nara, a nova capital, é construída pelos braços escravizados dos povos subjugados e a planície das ilhas é paulatinamente pontilhada por imponentes templos budistas. Jóias e kimonos de seda bordados ornamentam as mulheres. Espadas são agasalhadas em bainhas de ouro e marfim. A arte e a música regozijam os convidados das recepções palacianas e a literatura, sobretudo aquela voltada à poesia, vale-se dos ideogramas *Kana*<sup>4</sup> para produzir notável obra, cabendo distinção especial ao mundialmente célebre *Man-yo-shu-in* (Livro das Dez Mil Folhas), publicado no ano de 780. Enfim, experimentavam os japoneses um período de prosperidade e paz (tanto interna quanto externa) que ficou conhecido como "Idade de Ouro".

No entanto, a paz e a bonança cederiam lugar à guerra e à revolta dos estamentos menos favorecidos.

#### **4. Os Samurais e o Shogunato: nasce o Haraquiri**

Imersos no faustoso e despreocupado modo de vida proporcionado pela "Idade de Ouro", os nobres cotidianamente sobretaxam os camponeses e descuidam-se da administração pública, sobretudo no que concerne à segurança física dos clãs. Excitados pela carestia e pela inexistência de aparato repressivo, destacamentos de assaltantes então se formam com a finalidade de saquear os vilarejos. Eclodem rebeliões e "os interesses particulares pouco a pouco levam vantagem sobre o Estado", que por sua vez dependia inteiramente das falanges guerreiras dos clãs para impor a ordem. "Ia chegar o dia em que esses chefes de clãs não se

---

<sup>4</sup> O sistema *Kana*, adaptado a partir dos caracteres chineses, desenvolve-se de modo a formar um código próprio no Japão. Com o correr dos séculos, esse sistema sofre inúmeras reformas, embora as bases do idioma japonês moderno permaneçam assentadas naquela mesma matriz.

contentariam mais com cartas de agradecimentos: logo reclamariam o poder ao qual lhes dava direito a sua força" (PINGUET, 1987, p. 114). Assim, nas regiões mais orientais do país, Masakado Taira, amparado por um grupo de mercenários, domina uma série de clãs vizinhos e audaciosamente proclama-se o novo imperador.

Finalmente, sensível à crescente sensação de anomia, a família Minamoto, desprovida da empáfia dos Taira, mas nutrida por idêntico ardor militar, organiza seus *Bushidan* (guerreiros), e, fiel ao Imperador, domina os clãs a leste, declarando franca hostilidade aos revoltosos do oeste. Após inúmeras e encarniçadas batalhas que se processam ao longo do tempo - nas quais, como veremos adiante, o haraquiri foi cometido em abundância - Yoritomo Minamoto vence os Taira e funda, em 1192, o *Bakufu*<sup>5</sup> regime de corte eminentemente marcial. O novo líder adota o título de *sei-taishogun* (generalíssimo). Era o fim do Japão antigo e o advento do Shogunato, que marcou a ascensão dos samurais ao poder:

A nova classe elimina o domínio dos aristocratas que se limitavam a viver como parasitas da produção rural. O novo regime político constitui na prática a ascensão da nova classe de proprietários rurais, com força militar própria, formando um Estado *sui generis*. Em outras palavras, representa a passagem de uma sociedade escravista, sob domínio da aristocracia, para uma sociedade caracterizada pela escravidão dos camponeses (regime feudal), comandada pelos samurais. YAMASHIRO (1978, p.63).

Denotando o excepcional prestígio conferido aos samurais e ao *Shogun*, assinala-se que mesmo a figura do sacrossanto Imperador, até então detentor de poderes ilimitados, passa a encontrar entraves aos seus domínios. Ainda que o soberano veja mantida sua inviolabilidade e seu *status* de deus encarnado<sup>6</sup>, o manejo direto da administração pública e das decisões de Estado exclui-se de sua alçada. No entanto, tal iniciativa oculta um propósito mais amplo:

Os estadistas japoneses planejaram acertadamente ao apartarem seu Imperador como um Chefe Sagrado, removendo-o do tumulto da existência; somente assim no Japão poderia ele concorrer para congregar o povo todo para um serviço não ambivalente ao Estado. (...). O Imperador tinha de ser um Pai Sagrado, apartado de todas as considerações seculares. (...) O Imperador permaneceu isolado. Ele investiu Suas Excelências com autoridade, entretanto, ele próprio não chefiava o governo, o exército ou ditava pessoalmente a política." (BENEDICT (1988, p. 108-109)

---

<sup>5</sup> A própria terminologia é sugestiva no que diz respeito à índole do novo regime, haja vista que *Bakufu* significa "posto militar", evocando, sem dúvida, a sede administrativa habitada pelo shogun e seus samurais.

<sup>6</sup> A doutrina oficial em torno da divindade do Imperador, cujo registro primeiro encontramos na corte de Yamato, manteve-se inalterada até o ocaso da II Guerra Mundial, quando, pelo rádio, Hiroito dirige-se à nação com a "ningen sengen (declaração humana) - deixando implícito que o Imperador não passava de mero mortal - foi feita no dia de ano novo de 1946 e continha este trecho fundamental: 'Os laços entre Nós e Nosso povo sempre se basearam na confiança e na afeição mútuas. Não dependem de simples lendas e mitos. Não decorrem do falso conceito de que o Imperador é divino, e nem de que o povo japonês seja superior a outras raças e destinado a dominar o mundo'" (STOKES, 1974, p. 115).

Assim, estando o Imperador alheio às atribuições políticas, evita-se o surgimento de levantes anti-sistêmicos (como ocorrera com a insurreição promovida por Masakado Taira), ao mesmo tempo em que se conserva perante o povo a existência de um ente maior, cuja simbologia de coesão nacional impunha lealdade acima de quaisquer querelas. Além disso, o direcionamento do controle político ao *Shogun* sacia minimamente as pretensões dos clãs, que se vêem representados e livres para a competição pelo poder sem que para tanto haja a necessidade de maculação da ordem reinante em sua essência.

Tendo justamente como ponto de partida essa dupla lealdade - ao Imperador e ao *Shogun* governante - um terceiro estamento, o samurai, impõe seus valores como norma a ser respeitada por toda a estruturação social japonesa. E de fato, constitui a lealdade (*giri*), o elemento mais caro à casta dos guerreiros, ingrediente central por onde orbitariam todas as exigências daquela sociedade, já que "O *giri* era então uma apreciada relação frente a frente, com todos os adornos feudais. 'Conhecer seu *giri*' significava ser fiel a vida inteira a um senhor que, por seu turno, cuidava de seus dependentes. 'Pagar o *giri*' queria dizer oferecer até mesmo a própria vida ao senhor a quem se devia tudo" (idem, p. 120).

Devido a tais caracteres psicológicos, a sociedade nipônica esteve permanentemente predisposta à prática suicida, embora seja claro que o advento do shogunato e a ascensão do código de ética dos samurais (*Bushido*) tenham oferecido um ambiente ainda mais propício à sua expansão. Além do suicídio de acompanhamento diante da morte de um líder e do haraquiri executado em nome da lealdade, podemos citar o suicídio de amor - levado a cabo quando a união entre um casal era considerada socialmente inapropriada - o suicídio religioso - virgens consagradas aos santuários xintoístas frequentemente ofertavam a vida em virtude do eventual descumprimento de seus votos - e a pena suicida, quando o próprio shogunato impõe a obrigação do *seppuku* como forma justa e digna de reparar uma traição ao Estado. Acrescenta-se a isso a evidência de que a "cultura japonesa parece ter querido dar um peso maior à culpa, ligando-a à vergonha" (PINGUET, 1987, p. 64).

Mas como redimir-se da culpa e reparar a vergonha? Através do dever de oferenda da própria vida, que se torna uma obviedade amplamente difundida, sendo o haraquiri o processo mais adequado (e, em verdade, o único aceitável) para praticá-la.

### **5. Corte seu ventre!**

Ao contrário do *ethos* incorporado pelo Ocidente (talvez devido à apologética dos doutrinadores cristãos), a cosmovisão japonesa esboça um entendimento positivo do ato suicida, que desperta, ao invés da repulsa, do pesar ou do dó, uma franca admiração. E essa

supervalorização das vítimas reveste-se das formas mais curiosas. No seio da cultura ocidental, por exemplo, não raro deparamo-nos com narrativas militares voltadas ao enaltecimento dos heróis, dos feitos que construíram a vitória e a glória, onde a odiosidade e a fraqueza são os únicos contrapontos facultados aos vencidos. Já no Japão, semelhante gênero literário ilumina-se por uma ótica diversa:

Notar-se-á que essas cenas das guerras civis só apresentam dos acontecimentos a visão dos vencidos; nada desse triunfalismo, muitas vezes baseado na difamação do adversário, que pode tornar vazios e ociosos, em outras culturas, tantas narrativas de combates reais ou legendários. (...) O narrador japonês (e através dele o leitor) identifica-se com as vítimas e as acompanha no seio da morte, como se os feitos e gestos dos vencedores não tivessem nada que merecesse atrair a atenção. (...) O fracasso rebaixa, mas deve aviltar? Não, pelo contrário, ele purifica, com a condição de que se saiba como vivê-lo (idem, p. 125-126).

Assim o Japão mergulha, sob a égide dos *shoguns*, em uma rotina multissecular de intermináveis guerras pela supremacia do poder, coroadas com a morte não raro auto-imposta pelos próprios perdedores. Os clãs belicosos batem-se à última exaustão, não sendo viável aos samurais e seus líderes, em caso de derrota, desejar a manutenção da própria vida, que, afinal, lhes seria necessariamente ceifada pelos vitoriosos. Por conseguinte, "o suicídio era a suprema evasão daqueles que não podiam fugir, e ninguém viria roubar-lhes a glória adquirida nesse último momento", solução que convinha igualmente aos vencedores: "lhes poupava a odiosa tarefa de matar o inimigo desarmado" (PINGUET, 1987, p. 119). Um raciocínio inteiramente lógico, que sob o signo de sua terrível crueldade norteou a linha de conduta dos samurais<sup>7</sup>.

No furor das batalhas, na manutenção da honra, na declaração de devotamento ao Imperador, enfim, uma única sentença se fazia ouvir: "corte seu ventre!". Somente por meio de tal atitude poderia o samurai provar sua abnegação, sua retidão moral, a reciprocidade entre seus pensamentos e atos, a sinceridade de sua lealdade, a aura de pureza que envolvia sua classe. Conforme a crença dos japoneses daquele período, seria precisamente na região do ventre que residiria a autenticidade do homem: estando o ventre aberto, saber-se-ia quem um homem realmente é<sup>8</sup>.

Foi o que pretendeu Yoshitune Yoshitono quando cometeu o primeiro *seppuku* ritualizado que se tem registro:

---

<sup>7</sup> Aliás, é imprescindível referir que o *seppuku* tornou-se um privilégio exclusivo dos samurais e dos chefes de clãs. Aos demais súditos, bastava o suicídio comum: enforcamento, afogamento ou apenas o golpe preciso da decapitação pelo sabre. Esta última modalidade como alternativa às classes subalternas viria a ser suprimida pelo governo de Hideyoshi em 1588, quando também a simples posse do sabre tornou-se restrita aos samurais.

<sup>8</sup> Daí se origina o costume dos praticantes do *seppuku* em atirar as próprias vísceras em direção ao inimigo durante as batalhas, como que a mostrar-lhe sua essência de guerreiro e seu desprezo pela vida.



Yoshitune reconhece que esse método é o melhor, sendo o mais árduo, portanto o mais glorioso - e decide escolhê-lo. Ele plantou o sabre do lado esquerdo e enfiou-o violentamente, até trespassar o dorso; alargou o ferimento de três lados e extirpou as entranhas. Enxugou a lâmina com a manga de sua roupa, que puxou em seguida para si, e recostou-se na almofada. Bementendido, não morreu imediatamente: os ferimentos abdominais causam apenas uma agonia prolongada. Não se imagina um processo suicida mais atroz, porém mais ineficaz. Só seu valor simbólico pôde fazer com que fosse adotado. (idem, p. 128-129).

Apesar de sua atrocidade intrínseca e da longa agonia dele decorrente, o *seppuku*, após o citado precedente, torna-se um ritual perfeitamente regrado em todas as minúcias. Yoshitune executa sua morte voluntária em 1189, sendo sucedido por inúmeros guerreiros tomados pela Vergonha da derrota nas rotineiras batalhas que envolveram a partilha de poder entre os clãs. Em 1333, Murakami Yoshiteru, eminente servidor do filho do Imperador Do-Daigo, príncipe Morinaga, trilha o mesmo caminho, enventrando-se para dissimular a fuga de seu senhor durante a guerra pela restauração dos plenos poderes imperiais, em oposição aos *bushidan* do clã Hojo. Cercados pelos destacamentos da corte, nada menos que quatrocentos e trinta e dois homens de Hojo cometem o haraquiri!

Finalmente, durante os derradeiros dias deste clã, seu patriarca, Takatoki Hojo, reúne-se com os últimos de seus vassalos, que em grupo cometem, segundo as palavras de PINGUET (1987, p. 135), "o festim da morte voluntária". Citando relatos de narrativas japonesas daquela época, o mesmo autor salienta que duzentos e oitenta e três homens cortaram o ventre simultaneamente.

E a literatura japonesa não tarda a narrar tais acontecimentos, sem ocultar um franco júbilo, como se depreende na leitura do *Taiheiki*, que ironicamente pode ser traduzido como "Crônica da Grande Paz". Também outra obra clássica japonesa, *Shi-ju Shichi-shi*, narra a lenda de quarenta e sete *ronin* (samurais desprovidos de um suserano), que a fim de demonstrarem lealdade, elaboraram um plano para vingar seu senhor depois que este foi condenado pelo Estado a cometer *seppuku* em decorrência da agressão física a um alto funcionário da corte. A sentença dirigida aos *ronin* também foi o *seppuku*, cometido por todos em verdadeiro regozijo.

Após tantos sinistros episódios - reais ou fantasiosos - os suicídios assumem uma terrível banalidade, chegando a extremos mesmo no século XVI, quando um menino de apenas oito anos de idade, filho de um samurai, corta o próprio ventre a fim de acompanhar o pai nas escarpadas trilhas da morte. Entronizado à condição de fé nacional, o *Bushido* persiste até a Restauração Meiji (1868). Após o fim do isolamento japonês ao restante do mundo, o Imperador Meiji inaugura relações com os Estados Unidos e decreta a abolição dos privilégios feudais,

bem como a retirada do poder político das mãos do *Shogun*. Quanto aos samurais, passam a ser proibidos de envergar o sabre, o que equivale a uma sentença de morte. Era o fim de uma era no Japão.

Tão arraigada tradição, no entanto, não seria suprimida pacificamente. Nesse sentido, a batalha de Shiroyama, travada em 24 de setembro de 1877, entre o governo Meiji e os guerreiros que se rebelaram, foi decisiva e emblemática. Chocavam-se, de um lado, o novo exército imperial, modernizado segundo os padrões ocidentais; e, de outro, a tradição feudal dos samurais que pelejavam apenas com a espada em punho. Trezentos mil soldados foram mobilizados para sufocar os vinte e cinco mil samurais insurretos, sendo que seis mil deles foram massacrados pelas novas armas vindas do ocidente. O líder dos *bushidan*, Saigo Takamori, e seus seguidores cometem o *seppuku* para lavar a honra em face da derrota.

O *seppuku* amargaria seu fim após a extinção dos samurais? A resposta para tal pergunta é negativa. Ainda que o *modus vivendi* feudal tenha de fato desaparecido sob o impacto das transformações de Meiji, o suicídio ritual adquire sobrevida com o advento do militarismo japonês no início do século XX. Na guerra contra a Rússia, na invasão da China e, finalmente, nos confrontos contra os EUA durante a II Guerra Mundial, a prática do haraquiri novamente ganha fôlego sob os auspícios de um regime político totalitário marcado pelo profundo fanatismo em torno do Imperador. Mais uma vez, centenas de súditos cortam o ventre em sinal de lealdade, sendo incontável o número de suicídios praticados em decorrência da vergonha diante da capitulação em 1945.

Relegado ao ostracismo a partir da década de 1950, o *seppuku* renasce abruptamente na morte de Mishima, relatada na introdução do presente artigo. Seria este o suspiro derradeiro dos suicídios rituais no Japão? Ao tempo, senhor da História, caberá a resposta.

### Referências

- BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- PALMARY, Luiz. Pequena História do Japão. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1959.
- PINGUET, Maurice. A Morte Voluntária no Japão. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- STOKES, Henry Scott. A Vida e a Morte de Mishima. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- YAMASHIRO, José. Japão: presente e passado. São Paulo: Hucitec, 1978.